PROCESSO n. 0809552-13.2019.4.05.0000 - HABEAS CORPUS CRIMINAL

IMPETRANTE: Leonardo de Farias Nóbrega, Jose Bezerra da Silva Neto e Montenegro Pires e Guilherme Almeida de Moura

PACIENTE: IOLANDA BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO: Leonardo de Farias Nóbrega, Jose Bezerra da Silva Neto e Montenegro Pires e Guilherme Almeida de Moura

IMPETRADO: Juízo da 4a Vara Federal (SJPB)

RELATOR: Desembargador Federal Rogério de Menezes Fialho Moreira - 3a Turma

MAGISTRADO CONVOCADO: Desembargador Federal Rogério Roberto Gonçalves de Abreu

DECISÃO

Trata-se de pedido de liminar em *habeas corpus* impetrado em favor de IOLANDA BARBOSA DA SILVA (CPF n. 863.628.284-53) contra decisão do juízo da 4a Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba que decretou a prisão temporária da paciente e de outros investigados no âmbito da *Operação Famintos* (proc. n. 0801806-32.2019.4.05.8201), deflagrada pela Polícia Federal para investigar o suposto desvio de recursos repassados pela União para a aquisição de merenda escolar (PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Os impetrantes afirmam que a paciente foi alvo de prisão temporária decretada e cumprida no âmbito da *Operação Famintos*, deflagrada em 24 jul. 2019, tendo se apresentado à autoridade policial espontaneamente no dia seguinte (25 jul. 2019). O decreto teria sido fundamentado na *?imprescindibilidade da prisão para as investigações conduzidas no inquérito policial?*.

Salientam que, com a operação, todas as medidas e diligências relacionadas à impetrante teriam sido cumpridas, tendo ela, inclusive, entregue à autoridade policial seu celular com a senha, pelo que os objetivos da prisão temporária teriam sido cumpridos. Isso em mente, afirmam que se requereu, em favor da paciente, a revogação da prisão temporária, tendo demonstrado *?documentalmente ser mãe de uma criança menor de 12 anos de idade, doc. 05, conforme certidão anexa, de modo que, com base nessa situação objetiva, requereu a substituição da prisão temporária pela prisão domiciliar prevista no inciso IV do art. 318 do Código de Processo Penal?*.

De acordo com os impetrantes, o juízo manteve a prisão temporária em razão da ausência de elementos que permitissem concluir pela desnecessidade de sua permanência e indeferiu o pedido de substituição pela prisão domiciliar por entendê-la incabível no caso de prisão temporária. Assim, ao mesmo tempo em que afirmam a desnecessidade da manutenção da prisão temporária e sua condição de mãe de uma criança menor de 12 anos, alegam o direito da paciente à concessão da liberdade e à substituição da prisão temporária por prisão domiciliar e, desse modo, asseveram que a paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade ambulatorial por ato do juízo impetrado.

Os impetrantes instruem o pedido com documentos comprobatórios dos fatos que constituiriam o ato coator por eles afirmado, notadamente: a representação da autoridade policial, o decreto de prisão temporária, auto de interrogatório, termo de apreensão de seu aparelho celular, termo de oitiva em audiência de custódia e a decisão de indeferimento do pedido de revogação da prisão. Juntam, ainda, certidão de nascimento da pessoa apontada como filha (menor de 12 anos) da paciente.

Pedem, ao final, a concessão de liminar para que se determine a imediata soltura da paciente ou a substituição de sua prisão temporária por prisão domiciliar, com ou sem a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.

DECIDO

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em caso de flagrante ilegalidade ou abuso de poder atentatórios à liberdade de locomoção (AgRg no REsp [1362446/PE](#), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 29/08/2016; AgRg no HC 22.059/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2002, DJ 10/03/2003, p. 315).

Consta dos autos que a paciente, após apresentar-se espontaneamente à autoridade policial, foi presa em 25 jul. 2019, em razão de decreto de prisão temporária emanado do juízo da 4a vara federal da Seção Judiciária da Paraíba (Campina Grande/PB), no contexto da *Operação Famintos* (deflagrada no dia anterior), fundamentado na necessidade da investigação penal e na existência de fundados indícios de prática do crime de associação criminosa (Lei n. 7960/89, art. 1o., I e III, ?), encontrando-se presa à disposição do juízo federal.

Os impetrantes alegam a desnecessidade da manutenção da custódia, afirmando que a paciente teria colaborado inteiramente com a diligência, prestando seu depoimento perante a autoridade policial e mesmo entregando voluntariamente seu aparelho celular e senha de acesso. Afirmam assim a cessação da necessidade da prisão temporária.

Entendo, contudo, que tais razões, por si sós, não justificam, **no presente momento**, o levantamento da medida restritiva da liberdade.

Em primeiro lugar, destaco que, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *?[c]ondições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva?* (HC 315.167/AL, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 11/09/2015). No caso, a segregação cautelar foi fundamentada pelo juiz em sua imprescindibilidade para as investigações e na natureza do delito atribuído à paciente, de modo que condições subjetivas *a priori* favoráveis não teriam o condão de, por si sós, afastar o decreto de prisão.

Em segundo lugar, quanto à afirmação de elucidação dos fatos e superveniente desnecessidade da custódia, não consigo observar, apenas pela leitura dos documentos inseridos nos autos, notadamente os termos de declaração prestados pela paciente, sobretudo sobretudo quando confrontados com a decisão que decretou a prisão temporária, o exaurimento das necessidades investigativas relacionadas à paciente. Em outras palavras, entendo não ser possível confirmar a afirmação do exaurimento da totalidade de sua potencial contribuição para as investigações.

De fato, não resta minimamente excluída a possibilidade de que os trabalhos de investigação, no caso concreto, demandem a presença física da paciente (acareações, identificações pessoais, novas inquirições a partir dos depoimentos de outros custodiados e mesmo o esclarecimento de pontos obscuros de seu depoimento). Se, por um lado, os elementos de prova trazidos com a impetração não afastam essa perspectiva, por outro, essa necessidade é aventada expressamente na fundamentação da decisão que determinou a prisão temporária dos investigados.

Já no que diz respeito ao pedido de substituição da prisão temporária por prisão domiciliar (ou melhor, de execução da prisão temporária em prisão domiciliar), entendo que assiste razão aos impetrantes.

Os impetrantes alegam que a paciente faria jus à prisão domiciliar, dada sua condição de ser mãe de uma criança (ou seja, pessoa menor de 12 anos). Comprovam a alegação juntando aos autos **Certidão de Nascimento Simplificada de M. B. da V.**, nascido em 23 abr. 2010 (nove anos de idade), em Campina Grande/PB, filho de Moacir Barbosa da Veiga Filho e **Iolanda Barbosa da Silva (a autora)**, com avós paternos de nomes Moacir Barbosa da Veiga e Antonieta Rodrigues Veiga e avós maternos de nomes Ednaldo Moraes da Silva e Marlene Barbosa Vieira de Araújo Silva (páginas 125-7 dos autos em PDF, ordem cronológica crescente). O juízo federal teria fundamentado que a substituição pretendida não seria cabível ao caso da prisão temporária.

Os impetrantes citam decisão sobre pedido de liminar em *habeas corpus* por mim proferida nos autos do **processo n. 0809521-90.2019.4.05.0000**, referente à mesma operação policial, tendo como objeto exatamente o requerimento de prisão domiciliar para custodiada mãe de pessoa menor de 12 anos de idade. Naquele caso, examinei não apenas a questão da exigibilidade de ser a paciente a única responsável pela criança, mas também a juridicidade da aplicação de custódia cautelar em prisão domiciliar quando antes decretada prisão temporária. Dada a identidade de fundamentos, transcrevo aqui a fundamentação, já incorporando a minhas razões de decidir.

"Observa-se, também, a partir do termo de audiência de custódia, que a autoridade impetrada adiou a apreciação de conversão da prisão temporária em prisão domiciliar por não ter sido apresentada prova documental da existência de filho menor de idade que depende da assistência direta da paciente (id. 16198165).

O impetrante, todavia, trouxe aos autos cópia de certidão de nascimento comprovando que a paciente possui uma filha menor nascida em 16/10/2014, contando atualmente, portanto, com 4 (quatro) e 10 (dez) meses de idade, fruto de seu casamento com Antônio Teixeira Neto (ids. 16198021 e 16198051).

Pelo que se percebe, a autoridade impetrada motivou o indeferimento do pedido de prisão domiciliar na falta de comprovação de que a menor depende da assistência direta da mãe, deixando a entender que, na sua concepção, não bastaria a comprovação da condição de mãe de criança de pouco mais de 4 (quatro) anos de idade para obtenção desse benefício.

Ressalto, todavia, que a jurisprudência desta Terceira Turma consolidou o entendimento de que ?condicionar a concessão do benefício previsto no art. 318, inciso III, do CPP à comprovação de que inexistem outros parentes capazes de cuidar do menor, a exemplo de avós e tios maternos e paternos, esvaziaria o conteúdo da referida norma, uma vez que, na maioria das vezes, sempre há um parente capaz de cuidar da criança? (PROCESSO: 08118995320184050000, HC - 143641 - , DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, JULGAMENTO: 28/09/2018).

É oportuno esclarecer que, não obstante a concessão da prisão domiciliar a mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos esteja prevista expressamente em lei apenas para a hipótese de prisão preventiva (art. 318, inciso V, do CPP) e embora o egrégio Supremo Tribunal Federal, no julgado em HC 143641, tenha considerado a questão apenas sob o enfoque da prisão preventiva, parece-me não haver dúvidas que o benefício se aplica também às hipóteses de prisão temporária.

Isso porque as chamadas Regras de Bangkok ? Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras constituíram um dos principais fundamentos para a decisão da Suprema Corte como meio de desencarceramento de mulheres, não havendo justificativa plausível, à primeira vista, para distinguir entre prisão preventiva e prisão temporária.

A propósito, sob o ponto de vista das consequências danosas que a prisão acarreta para as mulheres, ainda mais para as mulheres que são mães de filhos menores, inexistente diferença substancial pelo fato de a prisão ser preventiva ou temporária, já que se mostra irrelevante a distinção entre as espécies de segregação cautelar pelo aspecto eminentemente temporal.

E não se diga que o exíguo tempo de duração da prisão cautelar ? prazo de 5 (cinco) ou 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período ? constitui fator válido de distinção para fins de negação da prisão domiciliar, haja vista que, para a criança, ainda mais aquelas em tenra idade, a ausência da mãe em tais condições, ainda que por alguns dias, pode trazer sofrimentos e, alguns casos, riscos que a lei pretendeu evitar ao estabelecer tal benefício, sem falar nos próprios riscos para a mulher submetida a custódia nos estabelecimentos prisionais.

Confiram-se, por oportuno, o teor das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, que estabelecem o dever do Estado de prevenir riscos e garantir a segurança das mulheres submetidas a prisão cautelar ou definitiva:

B . Presas cautelarmente ou esperando julgamento

Regra 56

As autoridades competentes reconhecerão o risco específico de abuso ou enfrentam as mulheres em prisão cautelar e adotarão medidas adequadas, de caráter normativo e prático, para garantir sua segurança nessa situação.

III . Medidas não restritivas de liberdade

Regra 57

As provisões das Regras de Tóquio deverão orientar o desenvolvimento e a implementação de respostas adequadas às mulheres infratoras. Deverão ser desenvolvidas, dentro do sistema jurídico do Estado membro, opções específicas para mulheres de medidas despenalizadoras e alternativas à prisão e à prisão cautelar, considerando o histórico de vitimização de diversas mulheres infratoras e suas responsabilidades de cuidado.

Regra 58

Considerando as provisões da regra 2.3 das Regras de Tóquio, mulheres infratoras não deverão ser separadas de suas famílias e comunidades sem que se tenha devidamente considerado o histórico de vitimização de diversas mulheres despenalizadoras e alternativas à prisão, inclusive à prisão cautelar, deverão ser empregadas sempre que apropriado e possível.

Regra 59

Em geral, serão utilizadas medidas protetivas não privativas de liberdade, como albergues administrados por órgãos independentes, organizações não governamentais ou outros serviços comunitários, para assegurar proteção às mulheres que necessitem. Serão aplicadas medidas temporárias de privação de liberdade para solicitar uma intervenção, quando necessário e expressamente solicitado pela mulher interessada, sempre sob controle judicial ou de outras autoridades competentes. Tais medidas de proteção não deverão persistir contra a vontade da mulher interessada.

*Diante dessas considerações, entendo que prisão domiciliar é plenamente compatível com a prisão temporária nos casos de mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, devendo-se assegurar plena eficácia à decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus nº 143641, no sentido de **determinar substituição da prisão cautelar pela domiciliar** a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015) enquanto perdurarem tal condição, **excetuando os casos de prisão preventiva por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juizes que denegarem o benefício** (HC 143641, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018)" [grifos aqui acrescidos].*

Em meu sentir, o presente caso é substancialmente idêntico ao caso do processo acima citado, particularmente no que diz respeito a sua *ratio decidendi*, nada havendo nos autos que permita distinguir as duas situações no que concerne à necessidade de conversão da prisão temporária em prisão domiciliar.

A partir da análise dos documentos juntados com a impetração, da comprovação do fato nesse particular relevante (condição de mãe de pessoa maior de 12 anos de idade) e da ausência de elementos que apontem para a incidência de uma das exceções previstas no acórdão do HC 143641 (STF), considero insubsistentes os fundamentos da decisão que indeferiu o pedido de conversão da prisão temporária em prisão domiciliar, entendendo assim presente a fumaça do bom direito para a concessão da liminar.

O perigo de dano irreparável está igualmente comprovado, devendo aqui ser considerado não apenas em relação à paciente ? que tem sua liberdade ambulatorial imediatamente cerceada ?, mas também ao alvo de proteção das normas referidas no HC 143641 do STF: a pessoa menor de 12 anos. Entendo que, para ambos, o *periculum in mora* é evidente, estando também esse requisito preenchido.

Ante o exposto, **DEFIRO, EM PARTE**, o pedido de liminar para determinar a **imediata substituição da prisão temporária por prisão domiciliar**, cabendo à autoridade impetrada aplicar, se for o caso, as medidas cautelares que entender adequadas ao alcance do objetivo buscado com a prisão temporária.

Delego ao juízo de primeiro grau o cumprimento desta decisão, que deverá ser cumprida no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, nos termos do art. 1º da Resolução nº 108/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Caberá, ainda, ao juízo de primeiro grau, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicar este Tribunal o efetivo cumprimento da decisão, nos termos do art. 2º da referida Resolução.

Solicitem-se informações, no prazo de 5 (cinco) dias, à autoridade apontada como coatora, acerca dos fatos deduzidos na inicial deste *habeas corpus*.

Após a juntada das informações, abra-se vista à Procuradoria Regional da República 5ª Região para o parecer.

Comunicações necessárias.

João Pessoa/Recife, 27 de julho de 2019.

Des. Federal **ROGÉRIO ROBERTO GONÇALVES DE ABREU**

Relator (convocado)

Processo: **0809552-13.2019.4.05.0000**

Assinado eletronicamente por:

ROGÉRIO ROBERTO GONÇALVES DE ABREU - Magistrado

Data e hora da assinatura: 27/07/2019 09:33:05

Identificador: 4050000.16224347

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.trf5.jus.br/pjeconsulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Imprimir

190727093225956000001619783